



CONSELHO DELIBERATIVO E CONSELHO FISCAL  
Praça Dário Furtado, nº. 158 - Centro  
Breves-Pará

**Ata da Sessão Ordinária do CONSELHO DELIBERATIVO e FISCAL- Instituto de Previdência do Município de Breves, conforme Artigo 6º do Regimento Interno dos referidos Conselhos.**

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, às 10h00min, no prédio do Instituto de Previdência do Município de Breves, sito a Praça Dário Furtado, 158, bairro Centro, reuniu-se os Conselheiros do **CONSELHO DELIBERATIVO**: SR. JOSÉ AUGUSTO LOPES RODRIGUES (presidente), SR MARCOS FERNANDES RENDEIRO, SR. FRANCISCO VICENTE ROCHA E SILVA, SR. WILTENS VAZ PAIXÃO, SRA. JOISELLI DE NAZARÉ SOUSA DAS NEVES E A SRA. MARIA RAIMUNDA BARATA DE MORAES, e **CONSELHO FISCAL**: SR. SIDNEY SOUZA PINHEIRO (presidente), SR. BENEDITO EMERSON FERREIRA MACIEL, SRA MARIA DA PIEDADE SOARES DOS SANTOS, com a presença da presidente do Instituto Benedita Auxiliadora Cirino da Silva e o diretor financeiro Açã Meireles Gouveia . Deu-se início com a pauta: **I – Atrasos nos repasses previdenciários; II - O que ocorrer.** O presidente inicia a reunião solicitando a servidora Luce Ney Lobato dos Santos para fazer a ata da reunião, explicando que foi requerido pela presidente do instituto que a reunião ordinária dos conselhos fosse feita junto com os conselhos por conta da importância da pauta. Inicia a pauta comunicando que iniciam o ano com os atrasos e que estão reunidos para juntos decidirem o que vai ser feito. O presidente do CONFIS diz que ainda é contra qualquer tipo de denuncia, mas que devem fazer um ofício de cobrança. A presidente explica que somente foi paga a segunda parcela do décimo dos aposentados e pensionistas, falta o décimo dos servidores de auxílio-doença e demais servidores e o mês de dezembro de todos, diz ainda que todos os secretários foram exonerados então não se tem a quem fazer cobrança e que desde setembro o instituto está pagando somente folha de pagamento e que há necessidade das secretarias ajustarem a carga horária dos servidores efetivos, principalmente da SEMED que possui o maior número de segurados, o que irá aumentar o repasse das alíquotas do segurado e conseqüentemente o repasse, mas que não há mais como suprir as despesas de folha de pagamento e despesas administrativas sem a contribuição do Ente: Patronal e Suplementar. Acrescenta que concorda em aguardar a nomeação dos secretários para fazer a cobrança e somente se não tiverem tomarem as devidas providências. O conselheiro Marcos Rendeiro diz que precisam fazer a cobrança ao prefeito e secretários. O conselheiro Wiltens Vaz diz que somente farão parcelamento quando o município tiver interesse em aprovar suas contas e que é do conhecimento de todos que a folha do instituto está crescendo. A presidente informa que tem 121 servidores estão aptos para entrarem com o pedido de aposentadoria. O conselheiro Francisco Vicente pede ao diretor financeiro que dê sua opinião a respeito. O diretor financeiro Açã Meireles diz que estavam aguardando os repasses, e que somente dia 31/12 foi possível efetuar os pagamentos, sendo pago somente a segunda parcela do décimo dos aposentados e pensionistas, continua explicando que mesmo com os aumentos previstos de salario mínimo e piso não será suficiente para custear as despesas do instituto e que é

necessário cobrarem os demais repasses previdenciários de patronal e alíquota suplementar e que devem pensar em formas alternativas para forçar esses pagamentos além das cobranças que já estão sendo feitas. O conselheiro Francisco Vicente diz que seu posicionamento é contra a proposta de aguardar, informa que sua proposta é fazer uma denuncia ao Ministério Público. O conselheiro Benedito Emerson diz que concorda com o conselheiro Francisco Vicente. A conselheira Joisielli de Nazaré diz que devem pensar bem em relação a denuncia ao Ministério Público, pois fica preocupada em que ponto pode prejudicar o instituto. A presidente do instituto sugere que por conta das mudanças na organização dos secretários, é necessário aguardar e após a nomeação dos mesmos mandarem o documento de cobrança assinado por todos os conselheiros, especificando no documento que no caso de não receberem resposta informar que tomarão as medidas cabíveis. A conselheira Maria Raimunda informa que os aposentados e pensionistas dizem que querem fazer denuncia no Ministério Público, pois imaginam que o IPMB tem recurso para pagar. A conselheira Maria da Piedade diz que em sua opinião tem que mandar ofício, mas fazer a cobrança pessoalmente. O presidente do CONDEL coloca em votação a proposta 1 do presidente do CONFIS em se mandar um ofício contendo na redação a informação de que caso não obtiverem resposta até o fim do mês de janeiro que será feita as denuncias na Câmara e Ministério Público. O conselheiro Francisco Vicente diz que considerando que já foi encaminhado outros ofícios de cobrança aos gestores e que não obtiveram resposta a este conselho e devido o não pagamento do mês de dezembro e décimo, a proposta 2 é que seja encaminhado a denuncia ao Ministério Público. Em votação aberta. A conselheira Maria Raimunda vota na posposta 1, o conselheiro Francisco Vicente vota na proposta 2, conselheira Joisielli de Nazaré vota na proposta 1, conselheiro Wiltens Vaz vota na proposta 2, Conselheiro Benedito Emerson vota na proposta 2, conselheira Maria da Piedade vota na proposta 1, conselheiro Sidney Pinheiro vota na proposta 1, o conselheiro Marcos Rendeiro vota na proposta 1 e o conselheiro José Augusto vota na proposta 1. O presidente do CONDEL informa que a proposta 1 foi a mais votada, com isso sendo deliberado que vai ser encaminhado o ofício de cobrança ao prefeito, secretários e presidente da Câmara. Os presidentes do CONDEL e CONFIS encerram a reunião, que segue assinada pelos atuais conselheiros presentes. Não havendo mais nada a ser discutido, eu Luce Ney Lobato dos Santos encerro a presente ata que segue assinada pelos atuais conselheiros presentes.

## CONSELHO DELIBERATIVO

José Augusto Lopes Rodrigues – (Presidente)  
Representatividade do Poder Executivo

José Augusto L. Rodrigues

Marcos Fernandes Rendeiro – (Membro)  
Representatividade do Poder Executivo

Marcos Fernandes Rendeiro

Francisco Vicente Rocha e Silva – (Membro)  
Representatividade do Poder Legislativo

Francisco V. Rocha e Silva

Wiltens Vaz Paixão – (Membro)  
Representatividade dos Servidores Ativos

Wiltens Vaz Paixão

[Handwritten signatures]

Joieli de Nazaré Sousa das Neves – (Membro)  
Representatividade dos Servidores Ativos

Joieli de Nazaré Sousa das Neves

Maria Raimunda Barata de Moraes – (Membro)  
Representatividade dos Servidores Aposentados e Pensionistas

Maria Raimunda B. de Moraes

## CONSELHO FISCAL

Sidney Souza Pinheiro – (Presidente)  
Representatividade do Poder Executivo

Sidney

Benedito Emerson Ferreira Maciel – (Membro)  
Representatividade dos Servidores Ativos

Benedito Emerson F. Maciel

Maria Da Piedade Soares Dos Santos – (Membro)  
Representatividade dos Servidores Aposentados e Pensionistas

M<sup>ra</sup> Piedade S. Santos

Benedita Auxiliadora Cirino da Silva  
Presidente do Instituto

Benedita Cirino

Açã Meireles Gouveia  
Diretor Financeiro

Açã Meireles Gouveia

Luce Ney Lobato dos Santos

Luce Ney Lobato dos Santos

[Handwritten signature]